



204

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0009170-94.2013.8.17.0000 (0313340-0)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: MOZART GOUVEIA DA SILVA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. IMPUTAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM TRIPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART 121, § 2º, I E IV, C/C ART. 29, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). INCONFORMISMO MANIFESTADO PELA DEFESA, ALMEJANDO A IMPRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE PARTICIPAÇÃO NO CRIME ATRIBUÍDA AO RECORRENTE. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO TRIBUNAL DO JÚRI E *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Conforme dispõe o art. 413 do Código de Processo Penal, a pronúncia, por se tratar de decisão meramente declaratória, necessita apenas da prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria.
2. A resolução da dúvida existente acerca da participação do recorrente no triplo homicídio caberá ao Tribunal do Júri, que é competente, por expressa disposição constitucional, para avaliar o fato, o contexto e os demais elementos de prova, optando pela vertente que lhe parecer mais verossímil.
3. Recurso não provido.



205

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0313340-0 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia do Juízo *a quo*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 02 de outubro de 2013,

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0009170-94.2013.8.17.0000 (0313340-0)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: MOZART GOUVEIA DA SILVA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Mozart Gouveia da Silva** contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Consta nos autos que no dia 16 de fevereiro de 1992, no interior do Box 302, localizado no Mercado Novo de Prazeres, o denunciado **Almir Soares da Silva**, conhecido como "Almir Karatê", com a participação dos denunciados **Norberto Siqueira da Silva**, conhecido por "Beto", e **Mozart Gouveia da Silva**, munido de arma de fogo, efetuou vários disparos contra as vítimas **Ladjane Maria dos Santos**, **Edson Francisco de Barros** e **Tânia Regina Batista de Lima**, ocasionando-lhes a morte, conforme perícias tanatoscópicas de fls. 17/19, além de ocasionar lesões corporais em um indivíduo identificado apenas como "seboso", conforme aditamento à denúncia (fls. 70/71).

Após regular instrução do feito, os denunciados foram pronunciados como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal (fls. 161/165).

Inconformada com a decisão, a defesa de **Mozart Gouveia da Silva** interpôs o presente recurso (fls. 167/170), alegando inexistir prova nos autos acerca da participação do acusado no crime. Sustenta, assim, que no dia do fato, o recorrente, que é primário e possuidor de bons antecedentes, se encontrava numa festa de aniversário no Ibura. Pugna, dessa forma, que seja operada a impronúncia.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

199  
P

O Ministério Público, em sede de contrarrazões (fls. 171/173), pugna pelo não provimento do recurso, com a manutenção da sentença em todos os seus termos.

Na oportunidade do juízo de retratação, a magistrada manteve integralmente a decisão de pronúncia, às fls. 174/175.

A Procuradoria de Justiça, em parecer (fls. 193/195), opina pelo não provimento do recurso.

É o Relatório.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 04 de Setembro de 2013

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator

206



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0009170-94.2013.8.17.0000 (0313340-0)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: MOZART GOUVEIA DA SILVA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Mozart Gouveia da Silva** contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal.

Inconformada com a decisão, a defesa de **Mozart Gouveia da Silva** interpôs o presente recurso (fls. 167/170), alegando inexistir prova nos autos acerca da participação do acusado no crime. Sustenta, assim, que no dia do fato, o recorrente, que é primário e possuidor de bons antecedentes, se encontrava numa festa de aniversário no Ibura. Pugna, dessa forma, que seja operada a impronúncia.

Conforme dispõe o art. 413 do Código de Processo Penal, a pronúncia, por se tratar de decisão meramente declaratória, necessita apenas da prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, o que se faz mediante uma análise ponderada do conjunto probatório. Ao Conselho de Sentença, por sua vez, cabe dirimir a dúvida, em respeito ao princípio *in dubio pro societate*, que vigora nesta fase processual e, também, ao princípio da soberania do Tribunal do Júri para decidir sobre crimes dolosos contra a vida.

207



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

No caso *sub examine*, a materialidade está comprovada pelas perícias tanatoscópicas de fls. 17/19 e pelo exame em local de homicídio de fls. 29/34.

No que concerne à autoria delitiva, embora o recorrente negue ter participado da chacina praticada no Mercado de Prazeres, que culminou com as mortes de **Ladjane Maria dos Santos, Edson Francisco de Barros e Tânia Regina Batista de Lima**, infere-se que as provas colhidas até o presente momento consubstanciam-se em indícios suficientes para submetê-lo a julgamento popular. É o que se depreende das declarações do próprio acusado prestadas em sede policial, o qual confessa, em detalhes, o delito praticado (fls. 95/97):

*"(...) um tal de Beto que tem uma padaria no mercado oferecera um milhão e quinhentos cruzeiros para que matasse o Edson; Que, o Almir ao aceitar a proposta combinou tudo com o Beto, não o Beto da padaria, com o interrogado, Dinho e André como seria praticado o crime; Que, lembra o interrogado que todas as vítimas estavam também na Discoteque Vitor e que foi combinado com o Beto que este convenceria as vítimas a irem para casa naquela hora, isto porque o Beto mora no mercado próximo das vítimas, assim as mesmas não desconfiariam de nada; Que, o Beto conseguiu sair com as vítimas e em seguida o interrogado junto com o Almir, André e Dinho, saíram também logo atrás e entraram no mercado, sendo que quando as vítimas já estavam dentro de um box, box onde o Edson residia, o Almir entrou naquele box, tendo o declarante e o André ficado na porta e o Beto e o Dinho ficaram um pouco afastado; Que, o Almir estava armado com um revólver calibre 38 com o qual atirou nas vítimas e o interrogado ao ouvir os primeiros disparos saiu correndo junto com André e foi para sua casa (...); Que, após o crime todos foram para suas residências".*

É sabido que a pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação (juízo fundado de suspeita), pelo qual o acusado é submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, seu juízo natural. Seu implemento prescinde de prova inequívoca de autoria, sendo suficiente, portanto, a existência de meros indícios.

Assim, para que se prolate decisão de pronúncia, é suficiente, como no caso em apreço, a comprovação da materialidade, bem como a presença de indícios de autoria, pois, mesmo pairando dúvidas, não há que se falar em impronúncia. Basta o conflito para viabilizar o *jus accusationes*. Como se sabe, nesta fase procedimental, as dúvidas resolvem-se em favor da

208



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri, em detrimento do brocardo jurídico *in dubio pro reo*.

Nesse sentido:

*EMENTA: CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. MERO JUÍZO DE SUSPEITA. LEGALIDADE DO DECISUM. IMPROPRIEDADE DA PLEITEADA IMPRONÚNCIA, COM BASE EM TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO-CONSIDERAÇÃO DA RETRATAÇÃO DA VÍTIMA, QUANTO AO RECONHECIMENTO DO RÉU. (...) ORDEM DENEGADA. I. Somente quando evidente a inexistência de crime ou a ausência de indícios de autoria - em decorrência de circunstâncias demonstradas de plano e estreme de dúvidas - pode o julgador julgar improcedente a pretensão punitiva, impronunciando o réu, sendo que eventuais dúvidas sobre tais circunstâncias deverão ser dirimidas apenas pelo Tribunal do Júri. A exposição, pelo Julgador monocrático, de consistente suspeita jurídica da existência do delito, assim como da possível participação do paciente no mesmo, com base nos indícios dos autos, já legitima a sentença de pronúncia. (...) VI. Ordem denegada. (STJ, HC 14.130/RJ, Quinta Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp, DJ 27/08/2001)*

Dessa forma, no caso *sub examine*, a avaliação das teses defensivas ora invocadas caberá ao Tribunal do Júri, que é competente, por expressa disposição constitucional, para avaliar o fato, o contexto e os demais elementos de prova, optando pela vertente que lhe parecer mais verossímil.

Assim, sem adentrar no mérito da causa, vislumbrando apenas a existência de indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime, entendo que deve ser mantida a decisão do Juízo de primeiro grau que pronunciou o réu.

Posto isto, o meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso.

É como voto.

Recife, 02 de outubro de 2013

Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator